



**diálogos
sociais**

Coletânea de
Reflexões Coletivas
2012





2 0 1 2

ÍNDICE

Prefácio	06
Apresentação: CIEDS	07
Apresentação: Sesc Rio	08
Quais os papéis e os limites de atuação do governo, das empresas e do Terceiro Setor na sociedade contemporânea brasileira?	10
Cooperatividade entre os setores como caminho para uma sociedade mais cidadã e sustentável	10
As redes vivas e suas conexões com a proteção de crianças e adolescentes	14
Felicidade e Bem-estar: Definindo um Novo Paradigma Econômico	17
Sustentabilidade e Felicidade	17
FIB: Bem-estar coletivo visando ao progresso	21
O Estado, as Políticas Públicas e a Participação Popular	24
A cidadania existe?	24
O papel dos atores sociais na Educação do Rio de Janeiro	28
O EDUCA CIEDS no contexto da Educação Integral	28
O papel dos atores sociais na educação no Rio de Janeiro e a contribuição da Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação	30
A importância da Lei da Transparência no processo democrático brasileiro	33
Nova Lei de Acesso à Informação: os desafios da Participação Social no controle das políticas públicas	33
Transparência ofuscada	36
A Sustentabilidade como premissa e condição para o desenvolvimento	40
O impacto social da nova Mídia Pública	40
A urgência da Sustentabilidade em tempos hipermidiáticos	42

Desafios da Educação no Rio de Janeiro	44
Educação em tempo presente	44
Os atores sociais e o desenvolvimento do Rio de Janeiro	48
A Urbanização de Favelas de Grande Porte no Rio de Janeiro	48
Inclusão Social e o Papel do Mercado Financeiro	51
Contato dos Dialogadores	56

PREFÁCIO

No final de 2011, recebi um convite de queridos amigos para participar de uma simpática iniciativa, intitulada **Diálogos Sociais**.

Esse nome soou como a realização de uma ideia que há tempos surgiu nas interações com os alunos em sala de aula: por que não termos, no Rio de Janeiro, um grupo informal para conversarmos sobre os principais temas ligados à responsabilidade social e à sustentabilidade?

Havia na cidade a expectativa da Rio +20 e tínhamos, então, a oportunidade de compartilhar histórias, aprofundar conhecimentos e exercitar a arte de dialogar com alguns dos seus principais fundamentos: liderança rotativa, responsabilidade compartilhada e profundo respeito pelo outro.

E também resgatar algo que passa muitas vezes despercebido: que o exercício do diálogo tem um formato e esse formato é um círculo. Sobre ele certa vez falou Harrison Owen, idealizador do Open Space:

O círculo é a geometria fundamental da comunicação humana aberta. Um círculo não tem nem cabeça, nem pé, nem alto, nem baixo, nem lados. Num círculo, as pessoas podem simplesmente estar umas com as outras face a face. Afinal, nós não temos um quadrado de amigos; e, numa noite fria de inverno, é agradável ser parte do círculo familiar.

O nosso primeiro encontro, circular e jantante, foi um sucesso e resolvemos que ele seria o primeiro de uma série. Com essa decisão, tivemos, nos meses seguintes, a oportunidade de nos encontrarmos, jantarmos, conversarmos, rirmos e aprendermos juntos. Sempre com ótimos convidados e ótimos temas abordados.

Este livro é o registro de alguns desses encontros. Esperamos que você goste e que se sinta, desde já, convidado a estar conosco nos próximos.

Bons diálogos!

Cid Alledi Filho

APRESENTAÇÃO: CIEDS

A sociedade vive uma série de transformações que estimula, cada vez mais, entidades do Terceiro Setor e órgãos públicos a refletir sobre as questões contemporâneas, sobre as relações entre os setores sociais, sobre desenvolvimento, sustentabilidade e estratégias que possibilitem a superação das mazelas sociais que nos afligem.

O CIEDS acredita que o diálogo, a troca e a cooperação se apresentam não só como um caminho, mas como uma necessidade para que governo, empresas e organizações não governamentais se articulem e pensem, juntos, soluções para os problemas que vivemos.

A ação do CIEDS tem como fundamento a convicção de que o empoderamento do indivíduo, de grupos e comunidades precisa ser fortalecido e desenvolvido, com vistas a uma sociedade mais igualitária. Sua missão é promover uma sociedade sustentável, tendo como base o conhecimento e a cooperação das pessoas, visando construir redes para a prosperidade.

Em quinze anos de existência, o CIEDS tem mais de 340 projetos realizados, 500.000 beneficiários diretos e 2.500 comunidades atendidas com projetos em seus quatro diferentes eixos de atuação: Responsabilidade Social e Ambiental, Empreendedorismo, Educação e Desenvolvimento Integrado.

Nesse intuito, Diálogos Sociais surge como iniciativa do CIEDS já no final de 2011, a partir da necessidade de se ter um espaço em que gestores do Terceiro Setor e empreendedores sociais pudessem se fortalecer, trocar experiências e discutir ações que possam incidir em políticas públicas.

Ao longo do ano de 2012, Diálogos Sociais se institucionalizou e ganhou força com a parceria do Sesc Rio. Os Diálogos Sociais aconteceram mensalmente durante todo o ano, em encontros onde dois dialogadores convidados iniciavam a conversa, tendo sempre um tema norteador e, como premissa principal, o diálogo.

Em 2013, o Diálogos continuará acontecendo, com o objetivo de se consolidar como um ambiente para a reflexão coletiva de diversos temas, visando à troca e à partilha de conhecimento para a construção de uma sociedade mais sustentável e menos desigual. O Diálogos Sociais é aberto a todos os atores sociais interessados.

Esta publicação é um resumo do que foi discutido ao longo desses encontros. Mais que um registro das palavras dos próprios dialogadores, ela é uma oportunidade de aprendizado e reflexão individual e coletiva. Esperamos que aproveitem a leitura e as discussões que nela se apresentam.

www.cieds.org.br

APRESENTAÇÃO: Sesc Rio

O Sesc Rio tem satisfação em apresentar a publicação Diálogos Sociais, que reúne o conjunto de reflexões e debates ocorridos ao longo de 2012 em parceria com o CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável.

O projeto Diálogos Sociais procurou promover espaços para reflexão em torno dos desafios e dilemas contemporâneos do exercício da cidadania. Novos arranjos sociais, novas formas de organização e participação foram construídos visando ao bem-estar coletivo e a uma atuação pública voltada para atender, com agilidade e transparência, demandas e necessidades das múltiplas redes que se formam em uma sociedade cada vez mais plural.

Não por acaso, o Sesc Rio desenvolve, há 10 anos, o projeto Redes Comunitárias que, de forma simples e objetiva, abre espaço para encontros voltados à prática de parcerias entre comunidades populares e instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Uma iniciativa que consegue ampliar o potencial de parcerias a mais de 1.500 instituições todos os anos, atingindo 400 comunidades e cerca de 14.500 beneficiados.

As diversas redes que formam o complexo tecido social tornam o desafio da cidadania e do exercício pleno da democracia um objetivo em constante aperfeiçoamento. Com a presente publicação, o Sesc espera dar sua contribuição ao debate e amadurecimento de uma sociedade em permanente construção.

www.sescrrio.org.br

“Quais os papéis e os limites de atuação do governo, das empresas e do Terceiro Setor na sociedade contemporânea brasileira?”

Cooperatividade entre os setores como caminho para uma sociedade mais cidadã e sustentável

Dialogador: Fábio Müller*

As últimas décadas foram marcadas por grandes alterações e fenômenos em nossa sociedade; destacam-se aqui: a modificação na fronteira entre as esferas sociais, públicas e privadas (MÜLLER, 2009)¹; uma forte deterioração das condições sociais, em especial na América Latina; a dificuldade no acesso ao consumo, ao crédito, à educação, à saúde e à inclusão digital (DUPAS, 1999)²; a busca da sociedade por uma nova forma de regulação das relações sociais (KIRSCHNER, 2002)³; a implementação de uma proposta de globalização neoliberal, a implementação de um Estado mínimo; a reforma dos serviços públicos; a implementação de superávits primários, dentre outros (ARAÚJO, 2006)⁴; isso tudo em meio a uma grande crise ambiental, uma crise de valores, um cenário de desigualdade, pobreza, fome e injustiça. Urgencia-se uma época onde não podemos mais procurar por culpados ou responsáveis pela crise em que nos encontramos. É preciso pensar e desenvolver modelos dialogais que permitam o reconhecimento da problemática e o avanço em soluções coletivas.

Dupas (1998)⁵ aponta que, somente a partir de uma ação conjunta dialogal, e sob a perspectiva de complementariedade, entre os três setores da economia (governo, empresas privadas e organizações não governamentais – terceiro setor), é que se encontrarão soluções efetivas para os problemas que vivemos.

As fronteiras entre os setores acima, em várias partes do mundo, tendem a ficar cada vez mais nebulosas. O governo confia às ONGs tarefas na área de educação e saúde. Empresas criam suas próprias fundações e abraçam diretamente diversas causas sociais. ONGs enveredam por ações geradoras de renda, a fim de obterem recursos necessários para o cumprimento de seus projetos.

A divisão da economia em três setores pode ser conceituada da seguinte forma, conforme explica o pesquisador Mário Aquino Alves (2002): [...] nasceu da ideia de que a atividade humana é dividida em

três setores: um primeiro setor (Estado), em que agentes públicos executam ações de caráter público; um segundo setor (Mercado), no qual agentes privados agem visando fins particulares; e, de forma decorrente, um terceiro setor relacionado às atividades que são simultaneamente não-governamentais e não-lucrativas. [o terceiro setor]. (ALVES, 2002, p. 18) ⁶.

O que observamos nas últimas décadas, em especial na sociedade brasileira, são organizações de um setor querendo responsabilizar as outras pelas mazelas que vivemos e, em consequência, responsabilizá-las também pelas soluções.

Entretanto, a situação em que nos encontramos não nos permite que falemos em culpados ou salvadores, é premente pensarmos em modelos de atuação que possibilitem uma ação conjunta dos três setores, onde cada um deles contribui com o que tem de melhor, com o seu potencial.

Os atores sociais não devem pensar em atuar de modo a substituir os papéis dos outros atores, devem, sim, pensar como podem se somar e juntar suas potencialidades, na perspectiva de construção coletiva de novos rumos para a sociedade. Entretanto, observa-se que ainda há muito discurso e pouca prática na busca por estas relações de complementariedade. Como os três setores podem se ajudar mutuamente a superar mazelas da sociedade que sozinhos não poderiam vencer? Esta é a pergunta que precisa ser respondida com urgência.

Apontamos, como caminho, o modelo de cooperatividade sistêmica que, conforme conceituam Monteiro e Monteiro (2003): “Cooperatividade significa a capacidade de cooperar. A cooperatividade sistêmica representa o grau mais elevado e a dimensão mais abrangente de aplicação da capacidade de cooperar em processos de desenvolvimento. A cooperatividade sistêmica acontece quando agentes que compõem um determinado todo cooperam entre si, beneficiando-se e beneficiando todas as partes que constituem esse todo e também o meio onde ele se insere” (MONTEIRO E MONTEIRO, 2003:6)⁷

Esse modelo pressupõe algumas condições, tais como: “reconhecimento de interdependência, identificação de complementariedades, aceitação de diversidade e respeito às identidades; preservação da autonomia; construção da confiança; estruturação de padrões horizontais de organização; pactuação de modos democráticos de regulação e foco na convergência (MONTEIRO, 2003). ⁸”

Ou seja, pressupõe uma revisão completa dos papéis de cada ator social nos contextos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos. Observa-se, assim, que o desafio proposto trata da construção de uma rede que componha os atores dos três setores, numa perspectiva de complementariedade, soma de potenciais e de construção de um pensamento sistêmico, que privilegie o todo e não apenas partes.

Ressalto, aqui, que se mover sobre esses temas é como entrar num campo de batalha, pois ainda

guardam entre si muitas tensões, retóricas, práticas contraditórias e ideologias. Contudo, é sob a égide dessa discussão, que se abrem as portas para uma nova era de transformação e mudanças.

Ouvimos muito falar em parcerias públicas privadas, em parcerias entre ONGs e empresas e outras mais. Porém, pensar nas formas com que essas parcerias se concretizam, pensar nos modelos de relacionamento entre as partes e pensar nesse processo sistêmico de formação de redes e de resolução de problemas é imperioso.

Não se trata de assumir papéis de outros atores sociais, predominando os objetivos individuais de uma ou outra organização. Mas, principalmente, a complementaridade e a coexistência equilibrada das organizações sociais em prol do objetivo comum. Esse é o fundamento da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, proposta por Alberto Guerreiro Ramos (1981)⁹, baseada no paradigma paraeconômico, onde existe espaço para outras organizações. Ramos considera importante reconceituar os sistemas sociais a partir dessa ótica, e não mais no paradigma de mercado, predominante até o século XX, que tem as empresas como o único referencial para ordenamento da sociedade. Aponta, ainda, que somente um novo pacto social envolvendo Estado, Sociedade Civil e Empresa, é capaz de atenuar, ou até mesmo reverter, a exclusão social provocada pelo modelo global de produção vigente.

Conforme pontua Sachs: “É preciso inscrever na ordem do dia uma reforma profunda dos Estados protetores, sem para tanto desresponsabilizá-los e confiar unicamente nos mecanismos do mercado. A direção que deve ser tomada por essa reforma é clara: é preciso ajudar as sociedades a melhor se responsabilizarem por si mesmas, com a ajuda do Estado, buscando formas múltiplas de parceria na produção de serviços sociais; entre os usuários, a sociedade civil representada pelo mundo associativo e outros componentes da economia social (cooperativa, sociedades de socorros mútuos), poderes públicos em todos os níveis, do local ao nacional e, enfim, as empresas” (SACHS, 1995 – p. 35).¹⁰

É por este e outros motivos que se reafirma aqui a necessidade veemente de se adotar um novo pacto social, composto por uma rede de atores dos três setores, que prime pela equidade social e proteção ao meio ambiente alinhadas ao desenvolvimento econômico, promovendo uma sociedade mais justa e equilibrada e, em consequência, mais cidadã e sustentável.

**** Graduado em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2000), pós-graduado em Organizações e Estratégias – UFF (2008) e mestre em Sistemas de Gestão na Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense e Diretor Executivo do CIEDS- Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável***

Referências

- ¹ MÜLLER, Lúcia Helena. **A construção do social a partir da ótica empresarial.** In: Livia Barbosa. (Org.). **Cultura e diferença nas organizações:** reflexões sobre nós e os outros. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1, p. 139-158.
- ² DUPAS, G. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ³ KIRSCHNER, A.M. **La responsabilidad social de la empresa.** Nueva Sociedad, 2002. p. 133-142, 2006.
- ⁴ ARAUJO, Marley Rosana Melo de. **Exclusão social e responsabilidade social empresarial.** Psicol. estud. [online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 417-426.
- ⁵ DUPAS, Gilberto. **A lógica econômica global e a revisão do Welfare State:** a urgência de um novo pacto. In: Estud. av. vol.12, no.33. São Paulo. Mai/Ago. 1998.
- ⁶ ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor:** o dialogismo polêmico. São Paulo: EAESP/FGV, 2002, 348.p.
- ⁷ MONTEIRO, JOÃO DE PAULA. **Cooperação:** saiba o que é cooperatividade sistêmica para um novo tipo de desenvolvimento. Brasília: Agência de Educação Para o Desenvolvimento, 2003.
- ⁸ Idem.
- ⁹ RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- ¹⁰ SACHS, Ignacy. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento.** Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 25, Dez. 1995.

As redes vivas e suas conexões com a proteção de crianças e adolescentes

Dialogador: Rita Ippolito*

Uma das mais importantes considerações da compreensão sistêmica da vida é a do reconhecimento que redes constituem o padrão básico de organização de todo e qualquer sistema vivente.

Ecosistemas são entendidos em forma de teias de alimento, organismos são redes de células e células são redes de moléculas.

Rede é um padrão comum a todo tipo de vida.

AS CONEXÕES OCULTAS - Fritjof Capra

De forma inovadora, e em sintonia com as demandas de setores organizados da sociedade, a Constituição de 1988 marca uma nova época da história dos direitos humanos, reconhecendo as crianças e os adolescentes brasileiros como sujeitos plenos de direitos.

A condição peculiar de pessoas em desenvolvimento necessita que suas famílias, o poder público e o conjunto da sociedade em geral reúnam esforços para garantir a efetivação daqueles direitos com absoluta prioridade, assegurando, assim, dignidade e proteção integral ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresenta uma nova concepção, organização e gestão das políticas da infância, dando origem a um verdadeiro sistema de garantia de direitos com caráter abrangente, pois incorpora tanto os direitos universais de todas as crianças e adolescentes brasileiros, quanto a proteção especial para aqueles que são ameaçados ou violados em seus direitos.

A efetividade do sistema de garantia de direitos resulta da interação entre os atores, instrumentos e espaços institucionais em cada uma das frentes da política, do atendimento e da proteção integral, bem como da complementaridade e do reforço mútuo entre essas frentes. Ou seja, o diálogo entre atores e instituições é fundamental para que o sistema seja um mecanismo de efetividade dos direitos.

A prática do diálogo, da interação e da complementaridade se dá na análise e na tomada de decisões entre os diferentes contextos e dentro da complexidade dos vários casos que se apresentam e da gama necessária de soluções para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, em todo o

Brasil se formam redes de instituições para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, tendo, às vezes, um papel sensibilizador e mobilizador e, às vezes, um papel de controle social do sistema de garantia de direito.

A noção de rede permite traduzir com mais propriedade a trama de conexões interorganizacionais em que se baseia o sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, pois compreende o complexo de relações acionadas, em diferentes momentos, pelos agentes de cada organização para garantir esses direitos.

As redes de proteção integral são, portanto, o aspecto dinâmico do sistema. As redes se formam a partir de um objetivo comum, conexões que atravessam territórios físicos e de sentido, a partir da mais natural e espontânea relação àquela mais complexa e institucional. A 'Rede de Proteção' se concretiza quando um conjunto de organizações está interconectado para a resolução de violações de direitos ou para a conclamação da universalidade dos direitos.

Na dimensão da promoção dos direitos, por exemplo, a rede é formada por todos os órgãos e serviços governamentais e não governamentais que atuam na formulação e execução de políticas públicas. Apoiam a atuação dos Conselhos de Direitos e Tutelares para a promoção e implementação de políticas universais de atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente ou para que sejam aplicadas medidas de proteção especial para aqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Nessas conexões interagem atores tão variados quanto os órgãos executores das políticas públicas (nas áreas de educação, saúde, assistência social, alimentação, cultura, esporte etc.), os conselhos paritários de deliberação sobre as diretrizes dessas políticas, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e as entidades públicas e privadas de prestação de serviços.

Em toda a história das redes, pode-se afirmar que suas constituições são um processo lento, participativo, democrático, negociado e não impositivo e com altos e baixos níveis de participação. Quase sempre resultam de processos de mobilização e nascem com um forte princípio ético, com objetivo forte comum: são redes de sentido, de vontade. Todos os participantes aderem à Rede e atuam conscientemente como parte do conjunto.

As redes de proteção se constituem a partir de um plano de ação comum, por uma adesão consciente a um projeto de campanha e de programa social como, por exemplo, as redes de enfrentamento do abuso e exploração sexual ou de erradicação do trabalho infantil.

Essas redes são autônomas e, por definição, não são projetos de alguma instituição, sua forma é coletiva, horizontal e são espelho de decisões e objetivos comuns.

A formação da rede, entendida como adesão por convicção a um projeto elaborado em comum, para atender determinado objetivo, exige, por um lado, a construção de um processo de convencimento, discussão e decisão coletiva e, por outro lado, a definição do objetivo contextualizado e integrado no território e sua cultura e composição. As redes de proteção, assim como as políticas de assistência social, educação e saúde, devem atuar conectadas; não se pode desagregar política social e política econômica e não se pode desagregar “valores civilizatórios”. É necessário que se vença o desafio da intersectorialidade e que se situem os direitos sociais no âmbito dos direitos humanos. “(...) Portanto, ao falar de política social, nós estamos falando de direito social e direito humano; da concretização desses direitos”. (...) Nas situações mais graves da proteção, que seriam os riscos, a violência, o abandono, em todo esse campo, a assistência social tem que atuar, mas também a saúde, a educação. **Precisamos de uma forte interdisciplinaridade e intersectorialidade de políticas**”. Aldaíza Sposati – Unicef, Brasília 2008

A necessidade de articular essas políticas é articular também os serviços junto com a sensibilização e a formação dos funcionários. Tanto para a humanização dos atendimentos, quanto para o conhecimento das leis e de seus mecanismos e para o entendimento sobre todos os serviços disponíveis das outras áreas envolvidas, para que haja informação para se fazer os encaminhamentos.

Esta articulação apoia a eficiência dos serviços e uma boa rede de proteção atua também na qualidade e eficácia desses serviços. Uma rede educa e informa, controla e estimula a intersectorialidade e a humanidade dos serviços.

** Especialista na área da Infância e Juventude, formada em pedagogia e especializada em psicologia do desenvolvimento infantil, trabalha desde 1985 com projetos de cooperação internacional para a promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, projetos de desenvolvimento humano e social e de responsabilidade social.*

“Felicidade e Bem-Estar: Definindo um Novo Paradigma Econômico”

Sustentabilidade e Felicidade

Dialogador: Vandrê Brilhante*

O que é ser feliz? De imediato as respostas podem parecer simples, pois associamos a felicidade sempre a momentos isolados de profundas alegrias. Mas o conceito FIB, Felicidade Interna Bruta, se propõe a discutir e medir a felicidade mais duradoura, o bem-estar coletivo de uma sociedade, grupo ou família por meio de um conjunto de indicadores e uma abordagem holística e sistêmica sobre desenvolvimento.

O conceito do FIB começou a ser construído trinta anos atrás, quando o quarto Rei do Butão celebrenemente proclamou que “Felicidade Interna Bruta é mais importante do que Produto Interno Bruto”, estabelecendo, portanto, o Butão, numa rota de desenvolvimento holístico e sistêmico, que busca integrar desenvolvimento sustentável e equânime do ponto de vista socioeconômico com conservação ambiental, promoção cultural e boa governança. Do Butão, esse conceito ganhou forças, foi apoiado e desenvolvido por pesquisadores da ONU e hoje é amplamente discutido e proposto como um novo modelo de medição das riquezas de uma nação.

Essa “felicidade”, como já mencionado, não tem nada a ver com o sentido usual dado a essa palavra, para denotar um estado efêmero e passageiro – feliz hoje ou infeliz amanhã, devido a alguma temporária condição externa, como elogio ou culpa, ganho ou perda. Em vez disso, ela se refere à profunda e perene felicidade desfrutada a partir de se viver a vida em plena harmonia com o mundo natural, com nossas comunidades, com nossa cultura e herança espiritual, e sabendo e confiando que nossos líderes e governantes de fato se importam com o bem comum – em suma, sentir-se totalmente conectado com o nosso mundo.

Porém, mesmo assim, nosso mundo moderno, e particularmente seu sistema econômico, promove precisamente o contrário – uma profunda sensação de distanciamento em relação ao mundo natural e aos outros. Daí nos defrontarmos, hoje, com grandes desafios do milênio, que, necessariamente, nos levam a definir com clareza e urgência como associar as escolhas correntes com as escolhas das próximas gerações. Ou seja, qual o impacto do nosso estilo atual de consumo, da nossa relação com o

meio ambiente e da nossa proposta de formação humana, dos nossos familiares que ainda estão por nascer?

Há, ainda, neste contexto, toda uma discussão sobre o que é desenvolvimento sustentável e sobre como conciliar a sustentabilidade humana com o custo de progresso para as gerações futuras. Podemos, hoje, viver sem abundância de energia elétrica e combustível para alimentar nossas geladeiras e carros?

Esse desafio nos coloca contra a parede e urge que nossos governantes e atores sociais ativos da sociedade empreendam definições e caminhos coerentes sobre como conciliar o desenvolvimento sustentável para ricos, pobres, crianças, idosos, homens e mulheres, ou seja, para todos.

É mister que todos pensem, juntos, como medir o uso dos recursos naturais num mundo que precisa acabar com a miséria. Não é justo e nem verdadeiro que nós, atores sociais e governantes, levantemos a bandeira do fim da miséria, sem nos preocupar com a escassez dos recursos naturais. Se queremos diminuir a pobreza, sem destruir o planeta, há uma clara indicação de que é necessária uma distribuição mais justa, que desafie o consumo excessivo de poucos e seus dejetos. Por isso, é comprovado que o PIB, o Produto Interno Bruto de uma nação, não pode mais ser considerado o maior símbolo de riqueza da mesma, pois uma medição útil deve medir não somente a riqueza desta geração, mas também das gerações do futuro. O PIB não reflete sustentabilidade.

Precisamos de abordagens alternativas para nos levar na direção certa. De uma perspectiva política, isto implica que o direito ao desenvolvimento atual é fundamental, mas deve ser alcançado sem reduzir as opções disponíveis para as gerações futuras. A definição de indicadores como medição do desenvolvimento sustentável é complexa, mas é fundamental para proporcionar uma melhor base de evidências para a formulação de políticas públicas. O PIB tem sido usado para medir o desenvolvimento desde a década de 1940, e, somente em 1990, introduziu-se uma medida alternativa, o IDH. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) incorporou a análise de dados sobre saúde e educação e renda, mas não incorporou elementos relacionados à sustentabilidade ambiental e nem à importância de parâmetros para consumo excessivo, por exemplo.

Cultivando o autointeresse e o acúmulo do ganho material, destruimos a natureza, degradamos nossa herança natural e cultural, desrespeitamos o conhecimento nativo, trabalhamos em excesso, ficamos estressados e não temos mais tempo para desfrutar da companhia uns dos outros. Atualmente, uma série de abalizados estudos mostra que os massivos ganhos e renda proporcionados pelo PIB não nos tornaram mais felizes. Pelo contrário, respeitados economistas têm demonstrado empiricamente que profundas redes de relacionamento são um previsor muito melhor para a satisfação e o bem-estar do que renda e ganho material.

É chegada a hora de construirmos um novo sistema econômico que, verdadeiramente, reflita esse consenso e urgência universal. A FIB é apenas uma das muitas iniciativas em desenvolvimento nesse sentido. Inúmeros outros países e estudiosos estão engajados em estudos e pesquisas que visam a apresentar novas propostas para medir e balizar o desenvolvimento atual e futuro. Deverá ser um sistema econômico não mais baseado nas perigosas ilusões de que o crescimento ilimitado é possível no nosso precioso e finito planeta, ou que o insaciável ganho material promove o bem-estar. Em vez disso, deverá ser um sistema que promova harmonia e respeito pela natureza e uns pelos outros, que respeite tradições, que promova a inclusão social, educacional e econômica das pessoas mais vulneráveis e que nos disponibilize tempo para viver e desfrutar das nossas vidas, para apreciarmos, em vez de destruímos, o mundo.

A sustentabilidade ambiental é a base essencial e a pré-condição para um sistema econômico saudável. Contudo, uma economia existe não apenas para a mera sobrevivência, e sim para prover as condições congeniais à felicidade humana e ao bem-estar de todas as formas de vida. Essa nova economia deve ser baseada numa genuína visão do propósito e significados maiores da vida – uma economia que não nos ampute da natureza e da comunidade, mas que fomente o autêntico potencial humano, plenitude e satisfação.

O nosso progresso atual não justifica os meios para tal. Entretanto, jamais tivemos uma maior capacidade global, compreensão e abundância material, e oportunidades para alcançar esses objetivos. Nisso se incluem o conhecimento científico, o sistema de comunicação, a tecnologia, os recursos, o potencial produtivo, educação superior e a capacidade de alimentar cada habitante deste planeta. Também tivemos exemplos de legislação, iniciativas e melhores práticas em múltiplas escalas sobre as quais podemos atuar. Contudo, não estamos materializando o mundo que todos almejamos e, de fato, estamos nos movendo na direção errada, a uma taxa acelerada. Por exemplo, o efeito estufa pela emissão de gases continua a crescer, a humanidade está usando os recursos muito mais rapidamente do que os mesmos possam ser regenerados, a biodiversidade diminuindo rapidamente, a maior parte dos serviços ambientais declinando, a desigualdade crescendo e a vontade política, faltando.

As Nações Unidas reconheceram que o progresso na direção das Metas de Desenvolvimento do Milênio empacou. A menos que alteremos o nosso atual paradigma econômico, que vem a ser uma causa fundamental das crises que vivemos, jamais seremos capazes de materializar o mundo que todos almejamos. Esse paradigma, institucionalizado em Breton Woods em 1944, foi idealizado ANTES (I) dessa compreensão de que há um limite para os recursos globais e (II) da emergência da ciência do bem-estar e da felicidade.

A conferência mundial da ONU, no Rio de Janeiro, em junho de 2012, traz, em suas recomendações

fnais, a incorporação de vários elementos presentes na proposta FIB, para nos movermos na direção de um curso sustentável e desejável. São recomendações aos chefes de todos os Estados do mundo, no sentido dos mesmos iniciarem, em seus países, a definição de políticas de desenvolvimento mais sustentáveis, mais preservacionistas, mais inclusivas, de forma responsável e mais delineadores de garantias de que o consumo de hoje não acarretará na escassez do amanhã.

Faz-se necessário programar políticas públicas responsáveis, transparentes, éticas e voltadas para o bem-estar de toda a população.

É preciso uma fundamental mudança na visão de mundo. A nova visão deverá ser tal que reconheça que vivemos num planeta finito e que felicidade e bem-estar sustentados irão requerer muito mais do que mero consumo material. Faz-se necessária a substituição da presente meta de crescimento ilimitado por metas de suficiência material, distribuição equânime e felicidade e bem-estar humanos sustentados. Temos que definir um redesenho da economia global que preserve os sistemas naturais essenciais à vida, que equilibre os ativos naturais, sociais, humanos e construídos.

O desafio para os promotores de políticas é conhecer o tamanho do efeito de cada fator sobre a felicidade. Governos podem fazer muito para promover a felicidade, incluindo: o alcance das metas de desenvolvimento do milênio e atendendo a todas as necessidade básicas; medir a felicidade; promover políticas trabalhistas justas; promover saúde mental; promover a cooperação, altruísmo e a honestidade. O resultado é um crescimento constante na compreensão do que de fato importa para as pessoas e de que forma. Esse crescimento da compreensão leva a uma nova forma de elaborar políticas públicas associadas e motivadas pelo desenvolvimento sustentável.

É basilar que o aumento da felicidade das pessoas de uma nação é fortemente influenciado quando os cidadãos acreditam que podem contar com outros em momentos de dificuldade e que existe um alto nível de confiança, sobretudo entre os cidadãos, mas também para com as instituições e o governo. Felicidade não é somente um estado de espírito e um traço pessoal, mas uma habilidade. Felicidade é uma arte de viver e pode ser ensinada, aprendida, transmitida e construída coletivamente.

**** Graduado em Ciências Econômicas, especialização em Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Turin, Itália. Atuação profissional pautada em gestão de instituições e execução de programas de desenvolvimento socioeconômicos. Secretário Executivo e membro fundador do CIEDS.***

FIB: Bem-estar coletivo visando ao progresso

Dialogador: Fabiane Luis Turisco*

O FIB é um indicador sistêmico, desenvolvido no Butão, um pequeno país do Himalaia. O conceito nasceu em 1972, elaborado pelo rei butanês, Jigme Singya Wangchuck.

Desde então, o reino de Butão, com o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), começou a colocar esse conceito em prática e atraiu a atenção do resto do mundo com sua nova fórmula para medir o progresso de uma comunidade ou nação. Assim, o cálculo da “riqueza” deve considerar outros aspectos, além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

As nove dimensões do FIB são:

- 1) **bem-estar psicológico** - Avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação à sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções, tanto positivas quanto negativas, e analisam a autoestima, sensação de competência, estresse e atividades espirituais;
- 2) **saúde** - Mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como autoavaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercício, sono, nutrição etc;
- 3) **uso do tempo** - O uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais etc;
- 4) **vitalidade comunitária** - Foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado. O capital social é valorizado no índice;
- 5) **educação** - Leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental etc;
- 6) **cultura** - Avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas e discriminação por causa de religião, raça ou gênero;
- 7) **meio ambiente** - Mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo etc;

8) **governança** - Avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e com os processos políticos;

9) **padrão de vida** - Avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações etc. O FIB é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual – sempre em harmonia com a Terra.

Para muitos estudiosos no tema, não é mais possível discutir indicadores de sustentabilidade sem ter como ponto de partida as mensagens e recomendações que estão no Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (Stiglitz- Sen-Fitoussi, 2009).

A primeira grande contribuição dessa comissão foi mostrar, com muita clareza, que existem três problemas bem diferentes, que não deveriam ter sido misturados nem isolados, como foi feito ao longo de 40 anos, nas tentativas de construção de indicadores que pretendiam “melhorar” o PIB, vislumbrando a qualidade de vida da população. Segundo o autor: “Uma coisa é medir desempenho econômico, outra é medir qualidade de vida (ou bem-estar) e uma terceira é medir a sustentabilidade do desenvolvimento.” Para essas três questões o relatório deu orientações muito mais radicais do que supunham quase todos os observadores:

1) o PIB deve ser inteiramente substituído por uma medida bem precisa de renda domiciliar disponível e não de produto;

2) a qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto bem sofisticado, que incorpore as recentes descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade;

3) a sustentabilidade exige um pequeno grupo de indicadores físicos, e não de malabarismos que, artificialmente, tentam precificar coisas que não são mercadorias. Em outras palavras, o relatório propõe a superação da contabilidade produtivista, a abertura do leque da qualidade de vida e todo o pragmatismo possível com a sustentabilidade. O FIB é um índice abrangente de felicidade, que inclui a satisfação das necessidades básicas e um conjunto de outros campos da vida pessoal e familiar do ser humano. “É um índice que deve servir como referência para a definição de metas para o desenvolvimento econômico e tecnológico. A economia e o progresso técnico e científico são convertidos em meios a serviço do desenvolvimento humano e social.

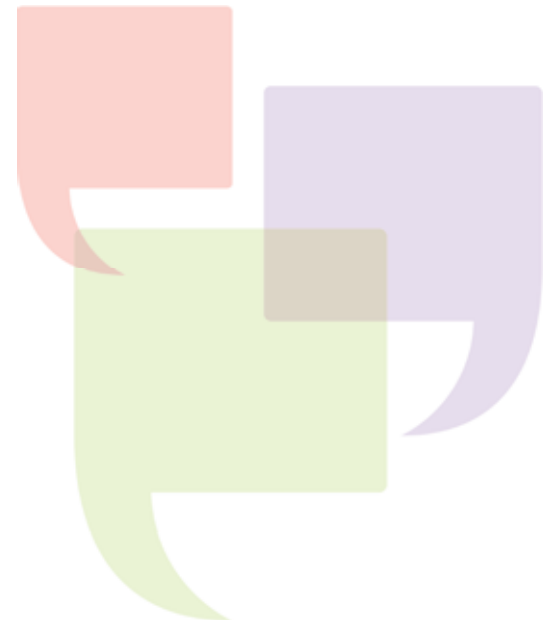
O FIB, como política pública, está sendo aplicado ou desenvolvido em muitos países, incluindo Butão, Canadá, Tailândia, Japão, Reino Unido, EUA, França e Brasil. Existe, também, uma ampla adoção desses

princípios por parte das Nações Unidas e da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico na Europa. O interesse no FIB está crescendo, à medida que mais países estão buscando melhores meios para medir seu progresso social.

Para os seguidores e usuários do FIB, refletir a respeito das fontes da nossa verdadeira felicidade pode ser um dos mais poderosos antídotos para a nossa atual angústia.

Participar de um crescente movimento mundial em prol do progresso integrado de todos pode dar um profundo senso de significado às nossas vidas. E, aliar-se a outras pessoas que estão ativamente aumentando o bem-estar coletivo – nas nossas comunidades e nos nossos locais de trabalho – é, conforme os pesquisadores hedônicos têm provado, um dos melhores modos de aumentar o nosso próprio bem-estar pessoal.

**** Advogada, especialista em Contratos pela PUC/RJ 2002, MBA Gestão Empresarial 2006, mestre em Sistemas de Gestão com ênfase em Responsabilidade Social, vice chair do Comitê de Responsabilidade Social da AMCHAM (Câmara de Comércio Americana)***



“O Estado, as Políticas Públicas e a Participação Popular”

A cidadania existe?

Dialogador: Maurício França Fabião*

Desde o início, com o governo de Péricles (443 a.C. a 429 a.C.), em Atenas (Grécia), a democracia vem sendo criticada. Após a morte de Sócrates, por envenenamento, condenado por um júri popular por “difamar os deuses e corromper as mentes dos jovens”, Platão (seu discípulo mais importante) condenava fortemente a democracia, preferindo um “déspota esclarecido” ou um “rei filósofo”. Aristóteles (discípulo rompido com Platão), ao contrário, vai retomar a noção de democracia, fazendo a primeira ligação entre ética e política, ao afirmar que esta última era “a arte de fazer o maior bem possível, para o maior número de pessoas”.

Esse debate, sobre a forma de conduzir o Estado, se dá mais fortemente hoje, quando as grandes corporações transnacionais desafiam o Poder Público e, cada vez mais, oprimem os atingidos por seus empreendimentos. Estamos vivendo no limiar de uma “Era do Abismo”, onde 1 bilhão de pessoas no Mundo não tem o que comer, 2/3 da população mundial está em situação de pobreza, onde a desigualdade entre países ricos e pobres é cada vez maior, o desemprego é estrutural e crescente e a violência desafia a civilização. Com tantas violações de direitos humanos, cabe a pergunta: a cidadania existe?

Seria dever das Políticas Públicas promover os direitos de cidadania, mas, na prática, a maioria delas só ameniza o problema, ao invés de resolvê-lo. Por que isso acontece? Além das limitações orçamentárias, em todos os países (incluindo os desenvolvidos), existe uma prática política de organizar o campo de forças na distribuição de cargos de confiança dos partidos aliados à coligação/candidatura vencedora de uma eleição. Essa prática reduz o poder da participação popular, pois a mesma “deve” se atrelar às metas da chefia de plantão, não ao contrário. Nesse sentido, podemos afirmar que a maior parte das políticas públicas são pensadas verticalmente, de cima para baixo, encarando os governantes como “déspotas esclarecidos” e não como executivos da democracia. A vontade do Governo, que em uma democracia deveria partir do povo, parte das elites dirigentes.

A participação popular, em muitos casos, está resumida em dizer “sim” ou “sim, senhor”, para o dirigente político da vez. Para Antônio Fernandes, quando trata do espaço institucional de participação popular, que

são os conselhos, “os conselhos municipais são arenas decisórias colegiadas predominantemente formais, com pouca margem de influência sobre as decisões dos secretários. O exercício pleno de fiscalização e controle dos conselhos está diretamente ligado à elite política que dirige o governo municipal” (FERNANDES: 2007).

Ao tratar da formação das elites, Carlos Pio e Mauro Porto destacam que “para Mosca, a composição da elite política deriva do fato de que seus membros são aqueles que ‘possuem um atributo altamente valorizado e de muita influência na sociedade em que vivem’ - isto é, possuem ‘qualidades que conferem certa superioridade material, intelectual e mesmo moral; ou são herdeiros de indivíduos que possuíam tais qualidades’. A elite é, pois, uma minoria com interesses homogêneos e, devido a essa homogeneidade, de fácil organização. É justamente essa organização que explica sua capacidade de domínio sobre a massa.” (p. 295).

A questão fundamental desse artigo é analisar o distanciamento entre a intenção e a prática da democracia. Desde os seus primórdios, a democracia (demos = povo; cracia = governo) é pensada como uma forma de todos terem vez e voz, não só para participar da forma de governar, mas para tomar decisões concretas, que beneficiassem a coletividade. No entanto, a existência de elites políticas torna inviável tal objetivo, pois sempre existem grupos superiores que oprimem e dominam os demais. A pergunta colocada no título deste texto se impõe e se complexifica: com a existência de elites capitalistas, que em hipótese alguma abrem mão do seu poder, existe realmente cidadania ou só existem privilégios para alguns e exclusão para a maioria?

Para Marx e Engels, a democracia liberal nada mais é do que uma ditadura capitalista e seu governo não passaria de “um comitê organizado da burguesia”. Para os autores, que defendiam o socialismo, “já vimos que o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia”. Nesse sentido, podemos compreender porque os países do Bloco Socialista, da antiga União Soviética, tinham tanta desconfiança com a democracia, pois, para eles, esta só existe quando os trabalhadores de fato tomam o poder. No entanto, vimos, ao longo do século XX, que a substituição de ditaduras capitalistas por ditaduras do proletariado foi tão nociva quanto: a supressão de liberdades não era compensada por uma igualdade de direitos.

O desafio da democracia cidadã está mais urgente do que nunca: na Era Neoliberal, onde as Tecnologias da Informação e do Conhecimento estão, na maioria dos casos, voltadas para “vigiar e punir” os opositores do sistema, como afirmar que os cidadãos têm o poder de participar da construção de políticas públicas? Para Weber, para se fazer política é preciso ter vocação. Nem todos têm essa vocação, pois é preciso ter certas habilidades para fazer política. Nesse sentido, a participação popular nas políticas públicas do Estado Burguês está fadada a ser para poucos.

No entanto, esses poucos são cada vez em maior número. Desde os protestos antiglobalização em Seattle (EUA), em 1999, até os movimentos Occupy e Anonymous, passando necessariamente pelas forças aglutinadas no Fórum Social Mundial, novas formas de participação popular vêm surgindo, sobretudo no seio da juventude. Essa juventude que não viu a URSS, que desconfia de partidos e demais organizações tradicionais da sociedade civil (como sindicatos e ONGs), que mistura vida com arte para fazer a sua parte.

O Brasil, hoje, tem a maior população jovem da sua história e, ao mesmo tempo, o maior número de homicídios por faixa etária está entre os 15 e 29 anos. Ou seja, nunca existiram tantos jovens brasileiros e nunca tantos brasileiros morreram tão jovens. Essa urgência vem fazendo a juventude brasileira exigir a participação em conselhos de direitos, sejam esses específicos sobre juventude ou de temas correlatos, como educação. E essa participação não se pretende apenas contemplativa: os(as) jovens querem decidir sobre os orçamentos públicos, para melhorar as suas vidas e as de todos. Obviamente, inúmeros interesses perpassam essa participação: desde os mais egoístas e interesseiros aos mais altruístas e solidários. Ou seja, não existe “o” jovem, mas jovens.

Porém, é fundamental compreendermos a política como um jogo de poder, onde se faz de tudo para conquistá-lo e mais um pouco para mantê-lo. Nesse sentido, a participação popular nas políticas públicas é um campo de disputas entre as elites capitalistas dirigentes e grupos, movimentos e organizações sociais. Assim, a cidadania não existe como um dado natural da realidade democrática, mas, ao contrário, é uma (re) construção constante.

Por fim, ainda cabe apontar que o Estado, em muitos casos, é o maior violador de direitos humanos que existe, não somente com os Direitos Cíveis e Políticos, quando a polícia oprime e prende somente os mais pobres, mas na não-garantia de políticas públicas que promovam os Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA). A falta de saneamento, a insuficiência de Unidades Básicas de Saúde, a precariedade da implementação de políticas do Sistema Único de Assistência Social, a má qualidade da escola pública, devido ao baixo e ruim investimento público, a ausência de políticas consistentes de geração de trabalho e renda, enfim, a falta de controle social sobre os gastos públicos faz com que o governante da vez se sinta mais como um “déspota esclarecido” do que como um representante e servidor do povo.

**** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trabalha com projetos sociais há mais de uma década, e hoje coordena o Comitê Rio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação***

Referências

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Elites dirigentes e participação política: conselhos municipais em capitais metropolitanas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOSCA, Caetano. **A classe dirigente**, in SOUZA, Amaury de (org.), **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PARETO, Vilfredo. **As elites e o uso da força na sociedade**, in SOUZA, Amaury de (org.), **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PIO, Carlos & PORTO, Mauro. **Teoria Política Contemporânea: Política e Economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas**. In: **O estudo da política: tópicos selecionados**. RUA, Maria das Graças & CARVALHO, Maria Isabel Valadão de. (orgs).

WEBER, Max. **A política como vocação**. In: **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970.

“O papel dos atores sociais na Educação do Rio de Janeiro”

O EDUCA CIEDS no contexto da Educação Integral

Dialogador: Marcia Florêncio*

Próximo de completar 15 anos, o CIEDS, instituição que tem a educação como eixo estruturante de sua atuação, em 2012 organiza o programa estratégico EDUCA CIEDS, que reúne e integra os diferentes projetos de educação relacionados com a educação básica que, de acordo com a legislação brasileira, é obrigatória e gratuita (nas escolas públicas) para as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir a eles uma educação integral.

Para alinhar as iniciativas, tomamos por referência a concepção de educação integral que traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agregando-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimento integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais, dentre outras, resgatando, como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade (Cf. Guará, 2006, p.16).

O cotidiano de trabalho, junto às experiências dos projetos Bairro Educador, Educa Nilópolis, Pontes para o Futuro, Orientador Familiar e PAIS - Programa de Apoio a Iniciativas Socioeducativas - trouxe preocupações em dimensões significativas que, orientadas respectivamente pelos itens III e IV do art.32º da Lei de Diretrizes Básicas: o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, nos levaram a organizar os princípios da ambiência escolar e da permanência interessada do estudante na escola; os elementos constituintes que caracterizam a proposta de educação integral do CIEDS e o conjunto de ações estratégicas orientadoras das ações diretas.

A ambiência escolar está voltada para o entendimento da realidade organizacional da unidade escolar em relação às pessoas, à proposta pedagógica e ao projeto de gestão democrática, que influenciam comportamentos e despertam compromissos favoráveis a um contexto colaborativo. Consideramos que um ambiente democrático e acolhedor é uma importante influência na questão da participação

dos atores da escola e da comunidade e aumenta a possibilidade de contribuição desse coletivo para que estudantes invistam em projetos de vida, ampliando a sua permanência interessada na escola, ou seja, considerando a formação acadêmica como seu melhor empreendimento e encontrem nessa escola um projeto comunitário de educação integral que gere oportunidades de aprendizagens relacionadas ao seu desenvolvimento humano e cidadão.

Pensando em contribuir para a efetivação de um Projeto Comunitário de Educação integral, trabalhamos com quatro Elementos Constituintes: Projeto Escolar de Educação Integral, Gestão Democrática, Interação Família-Escola e Apropriação do Bairro e da Cidade.

O Projeto Escolar de Educação Integral tem como premissas: a articulação entre parceiros do bairro e da cidade, visando ao planejamento e desenvolvimento de atividades educativas; estímulo ao fortalecimento da Rede Intersectorial de Proteção Integral da Criança e do Adolescente; participação em Fóruns que debatam os interesses do bairro; ações integradas entre as Unidades Escolares do bairro, permitindo a troca de saberes e experiências e Desenvolvimento de Trilhas Educativas como proposta metodológica, curricular e avaliativa diferenciada.

No exercício da Gestão Democrática é a possibilidade da escola construir novos paradigmas e práticas que consolidem percursos e compromissos entre diferentes atores sociais, interessados no processo de formação cidadã, agregando forças políticas e colocando o bem comum em primeiro plano, reorientando a relação entre a escola e o contexto social ao qual está integrada.

Interação Família-Escola busca fortalecer a noção de pertencimento da comunidade e, em particular, a noção de pertencimento dos responsáveis à comunidade escolar, ampliando vivências e integrando-as ao Projeto Político Pedagógico.

A apropriação do Bairro e da Cidade tem como objetivo despertar o interesse do estudante pelo espaço educativo para além da escola, oferecendo elementos vivos ao professor para enriquecimento da aprendizagem em sala de aula e melhor compreensão dos conteúdos. Dessa forma, se presta a contribuir para a melhoria da aprendizagem, o desenvolvimento integral dos estudantes e, conseqüentemente, estimula a permanência interessada na escola.

Acreditamos que a estruturação de um caminho institucional, alinhado às diretrizes legais para a implementação do projeto nacional de educação integral, é a contribuição do CIEDS no processo de afirmação da educação como recurso para o desenvolvimento social e econômico do país. Fica aqui nossa contribuição e compromisso.

*** Psicóloga e mestranda em Políticas Públicas na área de Educação – UNIRIO.
Coordenadora do Projeto Bairro Educador.**

O papel dos atores sociais na educação no Rio de Janeiro e a contribuição da Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação

Dialogador: Rosana Heringer*

A educação brasileira é marcada por desigualdades de diferentes tipos, que fazem com que o ideário de uma educação de qualidade para todos seja ainda um objetivo distante para a maioria da população.

Os dados oficiais demonstram que persiste o quadro de desigualdades no acesso à educação. Os indicadores mais recentes (PNAD 2009) demonstram que, embora se tenha progressos na educação no Brasil em todos os níveis, as desigualdades permanecem, gerando impactos que revelam situações específicas de violação de direitos.

O acesso à educação é geralmente apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um melhor rendimento. A maior parte daqueles preocupados com a redução das desigualdades sociais no Brasil hoje têm no aspecto da ampliação das oportunidades educacionais uma das principais estratégias para alcançar estas mudanças. A educação está na pauta de inúmeros programas sociais e, frequentemente, apresenta-se para as famílias de menor renda como um dos investimentos mais importantes a serem feitos para garantir uma mobilidade social ascendente para os filhos. Diante deste quadro, ganha ainda mais importância a análise das oportunidades educacionais no Brasil.

Da mesma forma, as limitações, no que diz respeito à qualidade da educação oferecida, levam a que grupos específicos tenham seu acesso à educação limitado, seja em função de limitações de acesso ou de adequação da educação oferecida, incluindo metodologia utilizada, equipamentos e conteúdos. Tais aspectos estão frequentemente presentes quando se discute a questão do respeito à diversidade no âmbito da educação, seja em relação a grupos étnicos e raciais, gerações, gênero, regiões, entre outros.

No Rio de Janeiro, esse quadro não é diferente. Convivemos, tanto no estado como no município, com uma oferta de educação pública que ainda não consegue atingir os padrões de qualidade necessários. A busca pela qualidade é, sem dúvida, a principal bandeira, num momento em que assistimos a uma oferta já praticamente universalizada no ensino fundamental. Isso no que se refere à educação básica, pois ainda temos o desafio da universalização no que diz respeito à educação infantil e ao ensino médio.

Se tomarmos como referência a questão da qualidade, sabemos que muitos são os fatores envolvidos para sua garantia. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas sobre as características das escolas de qualidade apontam que estas resultam de um conjunto de aspectos interligados.

Nesse sentido, observa-se que a qualidade é resultado do compromisso e engajamento dos profissionais de educação, do interesse e envolvimento das famílias, da infraestrutura escolar, do interesse e motivação dos alunos, entre outras características. E como estes fatores se produzem e se desenvolvem nas escolas?

Como em tudo que diz respeito às relações humanas e à ação coletiva, não há uma “receita” ou “fórmula” de sucesso para garantir a qualidade na educação.

O investimento público em infraestrutura e nos profissionais de educação é um ponto de partida fundamental e indispensável. Porém, o envolvimento dos diferentes atores sociais nesse processo também tem papel decisivo.

Um dos grandes enigmas para se pensar a qualidade da educação no Brasil diz respeito à mobilização dos atores sociais para demandarem a educação como direito. Embora garantida em tratados internacionais ratificados pelo Brasil e consagrada na Constituição Federal e em leis específicas, a educação nem sempre é percebida como um direito por boa parte da população.

Enfatizar essa abordagem da educação como direito é um dos principais objetivos da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, a Plataforma DHESCA Brasil. A plataforma é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos, visando ao fortalecimento da cidadania e à radicalização da democracia. Seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos Dhesca, bem como incidindo na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais¹.

Com base na experiência das relatorias temáticas da ONU, a Plataforma possui cinco relatorias voltadas para a investigação, promoção e defesa de direitos humanos específicos. São elas: Direito Humano à Educação, Direito Humano à Cidade, Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva, Direito Humano ao Meio Ambiente e Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação.

A experiência das relatorias completa dez anos em 2012, com o registro de dezenas de temáticas investigadas, missões realizadas, denúncias e acompanhamentos de várias questões. Uma das principais ações desenvolvidas pelas Relatorias são as missões, destinadas a apurar denúncias sobre uma questão específica sobre a qual a Relatoria tenha sido informada.

¹Para mais informações ver: www.dhescbrasil.org.br

As missões também podem ser elaboradas a partir de uma análise crítica desenvolvida pela Relatoria, levando a escolha de um tema sobre o qual é necessário ter um olhar mais detalhado para que se percebam as violações de direito existentes.

Ao longo desses anos, a Relatoria do Direito Humano à Educação dedicou-se a variados aspectos que envolvem a não garantia deste direito: educação em contexto de violência armada, educação quilombola, desigualdades de gênero na educação, educação e intolerância religiosa, educação nas prisões, entre outros.

Para o período 2012-2014, pretendemos atuar também em temáticas que envolvem diferentes tipos de violação do direito à educação, quais sejam: educação inclusiva, educação de jovens e adultos e ensino noturno, educação infantil, educação no sistema socioeducativo. Esta seleção de questões não significa que não possamos nos engajar em outras temáticas igualmente relevantes, através do recebimento de denúncias ou mudanças na conjuntura.

Consideramos que a possibilidade de engajamento de diversos atores sociais – movimentos sociais, ONGs, sindicatos, famílias etc. – na mobilização pelo direito à educação, sem dúvida permite um avanço na conquista de uma educação de melhor qualidade.

Este engajamento permite o exercício de maior controle social sobre as políticas educacionais, bem como uma cobrança maior para que os compromissos, promessas e planos sejam efetivamente implementados.

Vivemos hoje, no Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro, um momento de grande desafio para a consolidação de um sistema educacional de qualidade, com metas e necessidades de permanente monitoramento por parte dos diversos atores envolvidos.

Esperamos que a experiência da Relatoria do Direito Humano à Educação possa se consolidar ainda mais como um importante ator neste processo e convidamos todos aqueles comprometidos com uma educação de qualidade a se engajarem neste desafio.

**** Doutora em Sociologia, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e relatora nacional do Direito Humano à Educação da Plataforma DHESCA Brasil.***

“A importância da Lei da Transparência no processo democrático brasileiro”

Nova Lei de Acesso à Informação: os desafios da Participação Social no controle das políticas públicas

Dialogador: Américo Sampaio*

A nova Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527, foi aprovada no dia 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012. A lei institui que os órgãos públicos, estatais, empresas públicas, organizações sociais subvencionadas pelo Estado etc. devem oferecer informações relacionadas às suas atividades ao público interessado, em outras palavras: à sociedade. E, da mesma forma, a sociedade tem direito de solicitar (e ser atendida) qualquer informação ao Estado. A mudança que essa nova lei traz se refere a uma nova cultura institucional, transformando a “Cultura de Segredo” em “Cultura de Acesso”. Isso significa que a ótica posta, desde o dia 16 de maio de 2012, é a de que a informação é um direito dos cidadãos e cidadãs e o Estado apenas a guarda, ou seja, a informação pública pertence ao povo e o Estado tem o dever de conservá-la apenas.

Por mais simples que pareça esta mudança de cultura, não é. A Constituição Federal de 1988 aponta, em seu artigo 5º. XXXIII, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Porém, a cultura que se tinha acerca do acesso à informação pública ainda era a de que a informação pertencia ao Estado e, se algum cidadão ou cidadã desejava obter algumas dessas informações sempre se deparava com o famoso “para que você precisa dessas informações?” ou “o que você pretende com essas informações?” e assim por diante. Agora, com a nova lei, independentemente da justificativa, qualquer cidadão e cidadã têm direito de obter qualquer informação pública sem ser coibido, salvo aquelas que estão sobre sigilo de estado.

A LAI, portanto, aponta aspectos importantes para o avanço da democracia brasileira, pois entender a informação como um direito é um elemento central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E sua implementação (da lei) e principalmente sua utilização por parte da população tem um grande potencial político e pedagógico para o processo de Participação Social.

Porém, a Participação Social já é um direito fundamental previsto na Declaração Universal dos Direitos humanos, que diz: “Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (art. 21, item I), não pode ser entendida andando de mãos dadas com a LAI. Alguns pontos são fundamentais para uma reflexão mais aprofundada sobre esse assunto. Por exemplo, em primeiro lugar, um Estado que coage seu povo, que o reprime política e socialmente - como na ditadura militar - impossibilita que este participe ativamente da política. Em segundo lugar, uma sociedade que não tem acesso a uma educação política de qualidade, na qual o próprio funcionamento do Estado deixa de ser um dos objetos de estudo, inviabiliza que a população possa se apropriar daquilo que é público. Podemos observar, na educação que temos nas escolas nas últimas décadas, que aprendemos - ou não! - o que é uma “mitocôndria”, o que é um “vetor resultante” e até mesmo toda a “família das pteridófitas”, mas não aprendemos e discutimos em sala de aula o que faz um(a) vereador(a), quais são suas atribuições, ou ainda, quais são as funções dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e como podemos participar da política. Enfim, analisando esse ponto específico da educação, podemos refletir sobre o tamanho das dificuldades que a sociedade civil encontra para conseguir participar politicamente no seu bairro, na sua cidade ou até mesmo na esfera federal. Em terceiro lugar, é necessário que se tenha condições materiais para a Participação Social, quero dizer, participar tem um custo e isso é inegável. Gasta-se energia, tempo e dinheiro atuando politicamente, a grande questão é: quem paga essa conta? Participar politicamente exige estudo (tempo), se manter articulado com outras pessoas, organizações e movimentos sociais (energia) e estar sempre presente em reuniões, audiências, conselhos etc. (dinheiro para condução, alimentação etc.). São apenas três elementos - de muitos outros - que levanto aqui para a reflexão sobre o custo da participação.

Podemos, então, observar que um Estado que garanta a liberdade de expressão e de opinião política para a população, a sociedade ter acesso a uma educação política de qualidade e criar condições materiais para a Participação Social são três pontos fundamentais para discutirmos e repensarmos, recriando, assim, o olhar para o que é, verdadeiramente, Participação Social.

Nesse contexto, a LAI é um avanço para o processo da democracia brasileira. Porém, ela jamais superará os obstáculos da participação construídos historicamente neste país. Sua utilização pela população ainda é - e sempre será - meio e não fim, quero dizer, obter informações úteis e, ainda mais, criar essa concepção de que a informação pública é pública, ou seja, do povo, é de suma importância, mas, de posse dessas informações, quando conquistadas, o que se é possível fazer? Carecemos de mecanismos efetivos de participação política direta, na qual, de posse dessas informações, podemos atuar sem intermédio de autoridades e/ou instituições para atingirmos nossos objetivos. Isso, sem contar que a LAI não dá conta de reduzir o desconhecimento da população em relação ao funcionamento do Estado, de extinguir a coerção e a violência que organizações e, principalmente, movimentos sociais

sofrem - mesmo num Estado dito democrático - quando começam a questionar e resistir às tomadas de decisão do governo, nem tampouco de garantir maiores condições materiais para a participação. Mas é importante, também, reconhecer esse avanço institucional com vistas a um Estado cada vez mais democrático.

Compreender que transparência do Estado não é sinônimo de Participação Social é um bom caminho para refletirmos criticamente sobre essas duas práticas. O desafio agora é promover uma retroalimentação: quanto mais liberdades garantidas, formação política, criação de condições materiais para a participação se tiver, mais esta lei fará sentido para a população brasileira, pois, se ao contrário for, a LAI terá benefício inverso, ou seja, demonstrará, de maneira estética, que o Estado brasileiro está cada vez mais democrático, ao passo que sabemos que a ética das instituições públicas não caminha, ainda, neste sentido.

Por fim, outra distinção deve também ser feita: a desconstrução da ideia de que informação é poder. Informação se tem e poder se exerce. Por mais que sejam indissociáveis, estas duas dimensões não podem ser confundidas, são diferentes. Uma população que tem acesso amplo à informação pública não é sinônimo de uma população que tem poder de participar diretamente da política, mas, sem dúvida, estas duas esferas se complementam.

Utilizando a LAI ou não, tendo acesso a informações públicas ou não, o sentido da atuação política da sociedade civil deve ser sempre a de criar e fortalecer a noção de que o poder emana do povo! Só assim fortaleceremos nossa democracia.

**** Educador. Especializado em Terceiro Setor pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e em elaboração de projetos sociais pelo SENAC. Colaborador do CIEDS com projetos de Desenvolvimento Local, gestão comunitária e formação de Redes intersetoriais para a garantia dos direitos humanos. Colaborador e professor da Escola de Governo de São Paulo e integrante da Rede pela Transparência e Participação Social.***

Transparência ofuscada

Dialogador: Luiz Mário Behnken*

A questão central que envolve a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, vulgarmente conhecida como Lei de Acesso à Informação, é a motivação do indagador.

É possível identificar duas óticas quando se busca a informação governamental, uma de cunho administrativo e outra mais associada à ética, à moral e à legalidade. Pode-se classificar a primeira como de caráter endógeno e a segunda, de caráter exógeno ao Poder Público. As duas óticas não se excluem e nem, necessariamente, se complementam. Porém, envolvem e turvam o verdadeiro motivo: o poder.

O orçamento público pode ser considerado o objeto símbolo da lei de transparência, por englobar informação e poder. Assim, associa-se orçamento ao direito de acesso às informações de responsabilidade do Estado na perspectiva de que o exercício efetivo da prática democrática passe pela lei que autoriza a execução das políticas públicas vista e concebida como uma ferramenta da cidadania.

As duas óticas serão abordadas a seguir.

*Não se pode gerenciar o que não se pode medir (capacidade de monitoramento e avaliação).
Não se pode medir o que não se pode descrever (capacidade de planejamento).*

R. Kaplan e D. Norton

O uso administrativo da informação

A crise mundial de 2008, deflagrada a partir do coração do capitalismo (EUA), resgatou a importância do Estado e arrefeceu o discurso até então dominante do Estado mínimo. Em consequência, há, em voga, uma valorização da gestão pública para que o Estado funcione melhor, visto que o seu enfraquecimento favorece o aparecimento de crises inerentes ao funcionamento do mercado.

Um dos requisitos para o salto de qualidade na gestão e a melhoria do desempenho das políticas públicas parte do conceito de avaliação e monitoramento. Entretanto, não há avaliação nem monitoramento possíveis sem a transparência devida para se identificar os entraves à realização dos objetivos programados e seus impactos na sociedade. O monitoramento, o controle e a fiscalização simultânea da execução da ação governamental ajudam a corrigir as distorções detectadas. Assim, a informação torna-se a matéria-prima de todo processo. Logo, a sua qualidade é vital para que possa conduzir a um entendimento claro e objetivo do desenvolvimento dos programas e a implementação

da política pública. Nesse sentido, a própria Administração Pública torna-se fornecedora e receptora da informação para elaborar sua avaliação.

Pari passu à busca pela eficiência e eficácia das políticas públicas, a avaliação ultrapassa as fronteiras da dimensão administrativa e alcança contornos políticos ao misturar-se com outro conceito: a da responsabilização dos agentes públicos pelos resultados das políticas e programas governamentais.

Surge então nesse processo uma palavra ainda sem tradução para o português: *accountability*.

A noção de *accountability* compreende os mecanismos de controle e fiscalização do poder público, sejam eles institucionais ou não institucionais.

A responsabilização dá-se apenas mediante a incorporação de normas, regras e mecanismos aptos a punir os agentes públicos. Porém, a transparência governamental é uma condição *sine qua non* para o funcionamento dos mecanismos de responsabilização, pois não se pode controlar aquilo que não se conhece ou se mantém escondido.

Para tanto, é necessário haver mecanismos capazes de imputar sanções aos ocupantes de cargos públicos, mesmo que indiretamente, por meio do Poder Judiciário.

Enfim, o uso administrativo da informação serve para uma avaliação de políticas públicas e, em consequência, a melhoria do desempenho da máquina estatal. Para o alcance desse objetivo, o Estado pode se valer de mecanismos de controle democráticos, tais como a transparência dos atos do poder público e a incorporação de regras e procedimentos de fiscalização via participação social, como a Lei de Acesso à Informação.

O uso político da informação

Por outro lado, há muito associam política e orçamento público à corrupção e roubo. Mensalões, escândalo Cachoeira-Delta, privatizações etc., uma sucessão de escândalos sem fim reforçam essa ideia. Em todos os casos o crime foi apresentado como um problema de natureza individual, isto é, o Brasil seria maravilhoso se os nossos governantes fossem éticos. Há ainda um pensamento mais ousado (e perigoso) de que o ideal seria acabar com os políticos, pois estes nasceram apenas para roubar o nosso dinheiro.

Os defensores dessa linha de raciocínio entendem a Lei de acesso à informação como um instrumento inibidor e repressor do desvio de recursos públicos, tal qual a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi entendida em passado recente.

Simplificando o raciocínio moralista:

Indignação com a corrupção -> Mobilização para fiscalização, controle social -> Responsabilização pelas normas, leis -> Resultado: menos roubo + dinheiro público melhor aplicado = menos impostos.

Ledo engano. Se o objetivo principal da LRF é a construção do superávit primário (resultado positivo das contas públicas, não computando o gasto com juros) que prioriza o pagamento da dívida, o controle das contas públicas é apenas a cortina de fumaça. Cabe lembrar ainda que a LRF não é uma criação tupiniquim e sim cópia de legislação inspirada por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, basicamente. Da mesma forma que a Lei de acesso à informação, também criada para atender ao reivindicado pela comunidade internacional em vários tratados e convenções.

Sem querer aliviar a devida punição aos corruptos e/ou corruptores, o problema vai muito além de um desvio de caráter. É preciso compreender que as maiores imoralidades da nossa sociedade são a desigualdade social e a concentração de renda e estas, juntamente com a corrupção e o suborno, são favorecidas pelas instituições e o sistema econômico que nos governam. Ora, não existe corrupção maior do que a política que transfere para os banqueiros a maior parte da riqueza produzida por toda a nação.

Então, a verdadeira e completa avaliação da política pública é aquela que atinge a relevância da própria política pública avaliada. Afinal, o pensamento democrático entende que as políticas públicas são um direito da cidadania e não apenas uma ação governamental para solucionar um problema da sociedade.

Assim, a motivação pela busca da informação governamental incorpora parte da luta de segmentos da sociedade, não inseridos na instância decisória estatal, em influenciar a própria escolha da política pública. O processo do Orçamento Participativo é o exemplo clássico que abrange a informação como elemento da arena de disputa que é o orçamento público. Na verdade, é na disputa orçamentária que se define como o nosso dinheiro será distribuído e quem serão os beneficiados e os prejudicados. O orçamento cheio de códigos e classificações parece muito complexo e difícil de ser compreendido. E é assim justamente para impedir a participação popular. Dessa forma, as negociações obscuras acontecem para que os governantes decidam, por exemplo, gastar em propaganda, ao invés da construção de creches, ou reduzir os impostos daquele famoso empresário que contribuiu em sua campanha.

Portanto, desvendar o orçamento é transformá-lo no melhor instrumento da cidadania. **Informação é poder.**

** Economista e mestre em administração pública pela FGV, servidor público municipal desde 1985, presidente do Instituto Mais Democracia, fundador e coordenador do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro.*

O texto teve coautoria de Bruno Lopes – economista e coordenador de Projetos Especiais do Projeto Bairro Educador.

Referências

CENEVIVA, Ricardo & FARAH, Marta Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 46, n. 4, jul./ago. 2012.



“A Sustentabilidade como premissa e condição para o desenvolvimento”

O impacto social da nova Mídia Pública

Dialogador: Elis Monteiro*

O que têm em comum as eleições no Irã, o suicídio em massa e a luta dos índios Guarani-Kaiowá para não serem expulsos de sua terra, a Primavera Árabe e a Lei da Ficha-Limpa? Acertou quem afirmou que todos são movimentos que tiraram partido do poder de mobilização das novas mídias, particularmente da internet. Principalmente de uma década para cá, a sociedade assistiu ao surgimento e crescimento do que já pode ser chamado “mídia pública”, parte fundamental de uma imensa transformação social, uma verdadeira revolução na comunicação. Para muitos estudiosos, uma nova humanidade emerge – mais comunicativa, colaborativa e, o que é ainda melhor: sem fronteiras geográficas.

Estamos falando de plataformas digitais, ferramentas simples para divulgação de causas, mobilização e consequente adesão da sociedade. Pode parecer novidade, mas a Web – interface gráfica da internet – foi criada exatamente com esse intuito. Quando inventou a WWW, no início da década de 90, lá no século passado, o cientista inglês Sir Tim Berners-Lee tinha muito claro para que serviria sua invenção, que acabou levando o Millennium Technology Prize de “maior invenção do Milênio”: ela seria um meio para habilitar as pessoas a criar mudanças positivas em suas vidas. Um agricultor no interior da África, por exemplo, poderia usar a interface gráfica da internet para trocar informações com empresas, fornecedores e clientes sobre plantio, novas formas de manuseio de plantações e outras informações que acabariam gerando impacto positivo no dia a dia do seu trabalho.

Mas nem tudo andou como Berners-Lee queria. Ele viu nascer a “internet comercial” e, até meados dos anos 2000, a Web teve seu uso “desvirtuado”. Afinal, a rede mundial de computadores foi criada para propiciar o surgimento de milionários ou favorecer o surgimento de redes sociais de fato? Vinte anos se passaram e a resposta já pode ser dada: depois da bolha pontocom no final dos anos 2000 e do surgimento, logo em seguida, dos blogs e das redes sociais - culminando com a criação do Twitter e do Facebook, já no final da primeira década deste século - já é possível afirmar que o projeto de Berners-Lee retomou, enfim, seu conceito original.

As redes sociais chegaram devagar – o Orkut, todos devem lembrar, chegou em 2004 e, o Facebook, em 2008 - mas já comprovaram seu incrível poder de mobilização e criação de links, entre pessoas e pessoas, projetos e realizadores, empresas e consumidores e até governos e governados. A sociedade ganhou megafones que já estão sendo utilizados como forma de pressão social.

O fenômeno pode ser medido por quantidade e também por qualidade. Grandes companhias já criaram departamentos “digitais” como forma de se defender e também de serem mais proativas no relacionamento com o cliente; o Terceiro Setor já usa as chamadas “Mídias Sociais” como forma de aumentar sua capilaridade e fomentar discussões; o governo já mostra mais transparência, publicando indicadores e documentos antes restritos à burocracia cartoriana; empresas de comunicação abriram canais de diálogo com o leitor/telespectador - não monologam mais, deixam de ser emissoras e passam a ser interlocutoras. Assim, as pautas passam a ser construídas em conjunto com a sociedade, seja usando os “trendingtopics” (assuntos mais comentados) do Twitter ou os movimentos via Facebook. Nunca antes a sociedade teve tão poderosa ferramenta em suas mãos. Com a mídia pública, todos passam a ser formadores de opinião e produtores de informação.

A tendência é de crescimento e, mesmo que Facebook e Twitter não continuem crescendo como atualmente, outras redes virão para suprir a necessidade que a sociedade tem de se expressar. Só para se ter uma ideia, com um contingente de um bilhão de “moradores” o Facebook tem a “Causes” como uma de suas principais ferramentas. O fenômeno, que ainda vem sendo estudado pelos especialistas, só mostra que o internauta é, antes de tudo, um cidadão, que sempre teve voz - só não tinha como usá-la.

A onda, no entanto, ainda está se formando. Estamos assistindo ao limiar de uma nova consciência coletiva, uma sociedade mais democrática na qual as opiniões são expressas publicamente, discussões importantes são propostas e enfrentadas por todos os setores da sociedade, todos reunidos em plataformas digitais. A tecnologia exerce, assim, seu papel de aliada dos movimentos sociais, premissa mais que básica para o desenvolvimento humano e diminuição das desigualdades.

** Jornalista especializada em tecnologia, telecom e novas mídias.*

A urgência da Sustentabilidade em tempos hipermidiáticos

Dialogador: Sônia Araripe*

Quem diria que, um dia, o imaginário fantástico de Júlio Verne, de ondas gigantes arrastando tudo o que viam pela frente, iria se confirmar em realidade? Os desastres climáticos recentes são apenas uma das faces – talvez a mais cruel e dramática – da urgência de lidarmos com as questões ligadas à Sustentabilidade.

Para começar, seria importante, antes, alinharmos um pouco este diálogo. O termo sustentabilidade passou a ser incorporado no dia a dia de todos e não foi há muito tempo. Nasceu há cerca de 25 anos, no relatório da então primeira-ministra da Noruega, GroBrundtland, e avançou na qualificação do inglês John Elkington, da ONG SustainAbility, criador do termo “tripé da sustentabilidade” – social, ambiental e social – da sustentabilidade. Hoje, até mesmo crianças iniciando sua formação na escola já percebem a relevância dessas práticas.

Quem tem filho – mesmo ainda pequeno – já ouviu um “puxão de orelhas” pedindo que os pais distraídos fechem a torneira da pia enquanto escovam os dentes ou evitem jogar papel no chão. Estes são apenas alguns exemplos práticos de como a questão da sustentabilidade entrou – de vez – em nossas vidas.

Questões ligadas ao clima, à diversidade, pegada de carbono e Amazônia são outros exemplos de como são transversais e urgentes os temas que impactam o futuro do planeta. Sustentabilidade deixou de causar estranhamento para causar preocupação. E parece ter virado panaceia para tudo. Até mesmo a “mãe” do termo, GroBrundtland, tem alertado para o “abuso no uso do termo sustentabilidade”. “Precisamos de sustentabilidade em diversas áreas, mas também precisamos de desenvolvimento sustentável”, adverte Gro.

Mas, afinal, como sobreviver com cerca de 7 bilhões de pessoas ocupando a Terra e ainda garantir que as futuras gerações também terão acesso aos recursos naturais?

Governos, empresas, sociedades civis e pessoas, de forma coletiva ou individual, passaram a se debruçar sobre estes imensos desafios. Como garantir água e comida para todos? De que forma assegurar qualidade de vida mínima nas gigantescas cidades? De que forma assegurar os mesmos direitos a serviços básicos para todos os indivíduos, independentemente de classe social e renda? Como respeitar as diferenças em um cenário tão adverso? Haverá planeta para nossos netos?

Perguntas, questionamentos que nos afligem todos os dias. Muitos especialistas têm advertido que o cenário, infelizmente, ainda irá piorar. Desastres climáticos, guerras e concentração de renda prometem ampliar ainda mais o abismo colossal entre ricos e pobres. Em recente livro publicado, Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, resumiu bem este cenário chamando para “a urgência do presente”. Klabin, acionista de uma das principais corporações de papel e celulose do país, se realiza não nas fábricas como empresário, mas como um dos principais interlocutores globais sobre a questão do clima.

A sustentabilidade deixou de ser um assunto a ser tratado apenas por poucos e poderosos, mas, sim, por todos, uma verdadeira rede forte, interconectada. Que cobra a prática verdadeira, completa, em toda a cadeia produtiva. “Não existe meia sustentabilidade. É preciso praticar a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva”, tem advertido, frequentemente, o cientista político e social Sérgio Abranches.

Temos, enfim, uma boa notícia. Há um movimento transformador em curso. Puxado por alguns, mas que tem tudo para avançar em velocidade. Em tempos hipermediáticos, de redes e conexões, empresas e governos que não perceberem essa transformação correm o risco, simplesmente, de desaparecer do mercado. A hora de ouvir e compreender esse movimento é esta. Capitaneado por líderes transformadores, esse movimento está apenas começando.

Citamos o caso positivo do jovem Renê Silva, líder do Complexo do Alemão, que começou com um jornal virtual para falar de sua comunidade e, hoje, é uma das principais lideranças jovens dessa rede. Tantos outros também estão em plena atividade. Com força para denunciar, cobrar e agir quando necessário. Recentemente, denúncias de ONG de jovens repórteres ajudaram a denunciar abuso de trabalho escravo em confecções que vendiam para a rede global Zara. Em tempos hiperconectados e hipermediáticos, a bem fundamentada denúncia ajudou procuradores do Ministério do Trabalho e virou manchete do Jornal Nacional.

Não é só. Há inúmeros exemplos positivos de transformações em curso. É isso o que temos visto e confirmado nas nossas andanças em reportagens por este Brasil imenso para **Plurale em revista** e **Plurale em site**. Pessoas realmente engajadas e preocupadas com a urgência do momento. É nisso que acreditamos. No poder dessa rede, transformadora, inspirando outros tantos. Que venha muito mais. Em uma “onda” do bem, inspiradora e avassaladora.

** Jornalista, editora de Plurale em Revista e Plurale em site.*

“Desafios da Educação no Rio de Janeiro”

Educação em tempo presente

Dialogador: Márcia Pinto*

Buscando estimular uma nova forma de pensar e fazer educação, motivando a formulação de políticas públicas e projetos comprometidos com o desenvolvimento integral dos educandos e da sociedade, foi realizado pelo CIEDS o seminário Desafios da Educação no Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Itaú Social. O seminário contou com a participação de profissionais com ampla experiência no campo educacional e de Instituições com relevância na concepção e execução de iniciativas voltadas para a educação.

O seminário fez parte das atividades do Educa CIEDS, um movimento institucional que busca colocar em foco a importância da educação para o desenvolvimento do país, buscando fortalecer políticas públicas. Partimos da premissa de que a educação deve ser a “política pública primeira” para o desenvolvimento, considerando que, a partir dela, aprimoram-se o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, a saúde, a democratização do acesso à cultura, a preservação ambiental e a cidadania plena. O Educa CIEDS tem como proposta a conjugação de cinco conceitos-chaves: educação integral, interação família-escola, gestão cooperativa, protagonismo juvenil e contemporaneidade.

Os temas apresentados no seminário nos levaram a entender que uma discussão mais ampla e contemporânea sobre educação deva considerar os novos tempos, espaços, atores e conteúdos de aprendizagem e que esses elementos estão contidos numa concepção de formação educacional integrada. Isso significa compreendermos a dimensão integral da educação para além da ampliação da jornada escolar, considerando, entre outros fatores, a integração dos saberes comunitários ao currículo, o alinhamento das propostas educativas ao Projeto Político Pedagógico das escolas e a criação e consolidação de espaços de participação democrática nas escolas.

*O CIEDS é uma organização sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, fundada em 1998. Ao longo dos 14 anos de atuação executou mais de 320 projetos em parcerias com Governos nas três esferas de poder, com Empresas Privadas e com Organismos Internacionais.

A discussão sobre educação integral é atual, pois está em consonância com as diretrizes do **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)** e com a lei 5.225 de 11/09/2010 que trata da **Escola de Tempo Integral**. Essa lei, em seu Artigo 1º, estabelece o turno único de sete horas em toda a rede de ensino público municipal, no prazo de dez anos, à razão de dez por cento ao ano. Como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de educação integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano como multidimensional e detentor de direitos. Nesse sentido, busca construir uma perspectiva de ampliação de tempos, espaços, atores e oportunidades educativas que supere o processo educativo centrado exclusivamente na figura da escola.

O horizonte formativo que a educação integral propõe é integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, tentando construir uma educação que pressupõe uma aprendizagem significativa e cidadã. A proposta entende que se deva compartilhar a tarefa de educar entre os professores, educadores populares, famílias e demais atores sociais. O **PDE** indica ações voltadas à ampliação do tempo de aprendizagem dos alunos e à qualificação dos processos de ensino, com participação dos alunos em projetos socioculturais.

Mas, em publicação² que trata da importância de se ampliar tempos e espaços na escola, chama-se atenção para o aspecto qualitativo dessa ação, uma vez que “a extensão do horário escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino. Aumentar a jornada de trabalho escolar dos alunos em disciplinas específicas, como Matemática ou Língua Portuguesa, oferecendo apenas mais do mesmo, gera hiperescolarização, com efeitos negativos” (2011, p.24).

Por isso, os desafios da consolidação da política de Educação Integral são muitos e dizem respeito a várias instâncias, que vão, desde a garantia de condições adequadas de infraestrutura na implantação das novas escolas de 7 horas, à construção de uma matriz curricular na perspectiva da Educação Integral.

Uma outra discussão apresentada em nosso seminário diz respeito à fase de transição do Ensino Fundamental para o Médio, que é decisiva para o jovem aluno, pois, ao iniciar o Ensino Médio, novas possibilidades de escolarização podem ser seguidas. Apesar disso, sabemos que alto é o índice de evasão que ocorre nesse período, seja em função da dificuldade de acompanhar os conteúdos programáticos do ensino médio ou pela necessidade premente de geração de renda que acarreta a concomitância entre atividades escolares e laborais ou pela “crise” de sentido do Ensino Médio para uma parcela significativa da juventude brasileira.

²Caminhos para elaborar uma proposta de educação Integral em Jornada ampliada. SEB/MEC, Brasília, 2011.

Entendemos que essa evasão deva ser enfrentada com ações desenvolvidas nos anos finais do ensino fundamental, pois atendem a estudantes com uma característica bem significativa: não são mais crianças e ainda não se tornaram adultos. Estão, portanto, num período limiar da vida social. É nessa fase da vida que se inicia um processo de emancipação da sociabilidade primária (familiar, comunitária) e se inicia a inserção em mecanismos de sociabilização secundária. Esse período, embora considerado como um período de transição para a vida adulta, que também o é, não deve ser visto apenas sob essa perspectiva. Esse período tem suas especificidades e a forma como os jovens o vivenciam marcará suas vidas no futuro.

Mas como contextualizar o ensino médio num tempo marcado pela mudança, tanto no cenário do mercado de trabalho, quanto nas perspectivas de formação dos jovens? Devemos nos perguntar se o ensino médio oferecido na rede pública, hoje, corresponde ao que os jovens desejam? Aliar formação geral à preparação para o mercado de trabalho garante a permanência do jovem no ensino médio? Em artigo³ de Brillhante (2012), que trata das dificuldades enfrentadas pelos jovens em relação à continuidade dos estudos, são apontados diversos fatores que colaboram para isso e uma das formas possíveis de superá-las: “faz-se necessário que governo federal, estadual e municipais, instituições profissionalizantes, sindicatos, empresas, ONGs e universidades públicas e privadas se unam para a formulação de um pacto integrado para o futuro da juventude e desenvolvimento justo do Brasil. Esse pacto deve ter na escola de ensino médio, em especial, a força e o espaço adequado de formação educativa, de orientação vocacional, facilitadora do entendimento do papel do jovem no processo de construção de uma sociedade brasileira tão desejada”.

Mas uma escola que se proponha a oferecer uma formação educativa de qualidade e significativa deve enfrentar outro desafio do processo educativo: em nosso tempo presente o futuro já chegou. Não podemos pensar em como serão as “escolas do futuro”, sem pensar na combinação de aprendizado off-line e on-line dentro da sala de aula. Dessa forma, as “escolas do futuro” já unem hoje ao ensino tradicional a utilização de ferramentas tecnológicas educacionais e enxergam seus professores como mediadores de aprendizagem.

⁴<http://www.cieds.org.br/639,1,o-melhor-investimento-para-o-jovem-e-a-permanencia-na-escola->

Sabemos que o futuro desses jovens será construído a partir das experiências e das oportunidades oferecidas no presente. A experiência escolar é um fator determinante na formação dos jovens e um elemento fundamental na criação de perspectivas de futuro (PINTO, 2012)⁴. Por isso, é importante que os jovens estudantes tenham acesso a uma escola que os faça aprender a aprender, que os prepare para a resolução de problemas, que desenvolva competências e pensamento crítico e que seja, principalmente, capaz de convencê-los a acreditar que a formação escolar é fundamental para conquistar um futuro mais promissor.

**** Graduada em História pela UFRJ e mestre em Educação pela UERJ, sistematizou este texto a partir do Seminário Desafios da Educação do Rio de Janeiro, evento integrante do Diálogos Sociais.***



⁴Pinto, Márcia – Sobre a vivência da condição juvenil: um estudo com jovens egressos do Projovem Urbano. Dissertação de mestrado - UERJ, 2012.

“Os atores sociais e o desenvolvimento do Rio de Janeiro”

A Urbanização de Favelas de Grande Porte no Rio de Janeiro

Dialogador: Maria Gabriela Bessa*

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de urbanização passou de 44,7% em 1960 para 81,2% em 2000.

A situação de precarização e favelização se agravou a partir da década de 60, quando o Brasil viveu uma explosão urbana, que levou um grande número de trabalhadores rurais, sem alternativa no campo, a viver e morar nas periferias e favelas das cidades.

O crescimento urbano, vivenciado a partir da década de 1960, fez com que aumentasse também o número de aglomerados subnormais. Enquanto as cidades inchavam, as favelas cariocas cresciam vertiginosamente e com pouco ou nenhum investimento ou acompanhamento público. No caso do Rio de Janeiro, o Poder Público passou décadas omitindo a existência dessas regiões que cresciam de forma completamente desordenada por todas as partes da cidade.

Nessa perspectiva, as cidades brasileiras são um lugar onde se produzem e reproduzem as desigualdades sociais cotidianamente, e as favelas são o reflexo mais visível dessa desigualdade. Esses espaços foram produzidos através da autoconstrução nos espaços que “sobraram” na cidade formal, onde não se pode construir regularmente e, por conseguinte, são desvalorizados e sem interesse para o mercado imobiliário.

Esses espaços da cidade foram sendo construídos através de um intenso processo de precarização das condições de vida, tendo, como principais características, níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; indicadores educacionais, sanitários, econômicos e ambientais abaixo da média; alta densidade demográfica e ocupação por parte do narcotráfico nesses territórios, fazendo com que esses espaços tivessem um grau de vitimização da população maior em relação ao restante da cidade.

O Estatuto da Cidade, de 2001, cria mecanismo de enfrentamento para essas “cidades segregadas e

partidas” (Ventura: 1994), pois assegura o direito humano fundamental à moradia, conectando-o à promoção do desenvolvimento sustentável e tendo como premissa a gestão democrática da cidade.

Assim, dando sequência ao marco legal, o governo do Estado do Rio de Janeiro considerou estratégica a necessidade de implementar um amplo projeto de urbanização integrada com a participação da sociedade, baseado no diálogo social e adequando as realidades locais pressupondo a compreensão do território como espaço de relações sociais, sempre permeado por contrastes e contradições.

O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - tem abrangência nacional e foi lançado em 2007 englobando um conjunto de políticas sociais e econômicas, tendo como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

No estado do Rio de Janeiro, as intervenções se concentram nas comunidades de Manguinhos, Complexo do Alemão, Rocinha, Pavão-Pavãozinho, que ficam na cidade do Rio de Janeiro, e Preventório, localizado no município de Niterói, com a proposta de expansão para outras comunidades durante o ano de 2013.

O objetivo geral do programa é de transformar intervenções físicas de urbanização em processos de Desenvolvimento Territorial, congregando obras que geram a transformação do território com o crescimento econômico e a participação comunitária.

A proposta inovadora do Estado prevê a Urbanização Integrada onde os componentes físico, social e legal trabalham de forma conjunta e interagem durante todo o projeto, otimizando recursos, acelerando etapas e ampliando o conhecimento do território pelo Governo com comprometimento da população.

Em uma análise mais ampla o PAC- Urbanização de Favelas é uma política pública que objetiva a redução das desigualdades sociais no país e busca garantir o direito à cidade aos habitantes dessas comunidades.

Particularmente, no caso fluminense, um dos desafios principais nessas comunidades que conviveram com a ausência do Poder Público durante anos foi recuperar a credibilidade da população na proposta governamental. Ressalte-se que, por muitos anos, o Estado limitava-se a entrar nas favelas através da força policial, sem contribuir para que os direitos mais básicos dessa população fossem assegurados. Resultado era que a população estava incrédula quanto a investimentos públicos nessas áreas e creditava-se isso à dificuldade inicial para resgatar essa confiança e implementar os projetos envolvendo as propostas dos moradores e das lideranças comunitárias de forma democrática.

A escolha das áreas se deu por critérios técnicos e sociais. Os indicadores existentes e produzidos

demonstravam que as comunidades escolhidas tinham insuficiente e inadequada infraestrutura, alto índice de desemprego, violência extrema e falta de equipamentos públicos de saúde, de educação, de assistência social, de esportes e de cultura para atendimento à população.

O Governo trabalhou fortemente com a questão social aliada às obras de urbanização e também a questão da regularização fundiária, no sentido de garantir o diálogo social e melhorar de forma efetiva e permanente a qualidade de vida dessa população.

A experiência, que discorremos aqui, é de uma política habitacional direcionada a partir das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, que possui como egiide principal a gestão democrática e participativa das cidades. Além disso, diversos projetos implantados para a geração de trabalho e renda e educação sanitária e ambiental, com a preocupação de fortalecer os grupos, já desenvolviam trabalhos nessas regiões para que pudessem ser sustentáveis após o encerramento dos investimentos do PAC e conseguiram se articular através de outras parcerias a fim de manter o trabalho iniciado com o apoio do trabalho social do PAC.

Norteados por uma política de inclusão, o objetivo desses investimentos em territórios que viviam nas franjas da cidade, com pouco ou nenhum investimento público, é que essa população possa se tornar parte integrante da cidade, podendo exercer sua cidadania dignamente, acessando equipamentos de saúde, educação, cultura, lazer e com a conquista do direito de ir e vir propiciado através de investimentos em equipamentos e infraestrutura que proporcionam a mobilidade urbana.

**** Graduada em Ciências Sociais. PUC/RIO em 2007. Pós-graduada em Política e Planejamento Urbano. IPPUR/UFRJ, em 2009. Superintendente do Trabalho Técnico Social pela Casa Civil (EGP Rio) do Governo do Estado do Rio de Janeiro.***

Inclusão Social e o Papel do Mercado Financeiro

Dialogador: Eduarda La Rocque*

O Brasil tem apresentado um desempenho notável em termos de redução de pobreza e distribuição de renda. No entanto, mesmo diante desse resultado animador, muito deve ser feito para que possamos incluir, socialmente, o enorme contingente de brasileiros que ainda vive em condições degradantes – um olhar panorâmico sobre as favelas cariocas indica a dimensão do desafio a ser enfrentado. Diante das enormes carências enfrentadas por esses milhões de brasileiros, os fatores tempo e eficiência são variáveis fundamentais.

É com a consciência da urgência desse desafio que propomos estimular o mercado financeiro – cujo grau de sofisticação e eficiência são incontestáveis – a trabalhar por causas socioambientais. Se atingirmos nosso objetivo, adicionaremos uma nova dimensão à indústria de administração e gestão de recursos que, assim, não buscaria apenas obter resultados financeiros, mas passaria a contabilizar também, como resultados, contribuições para a promoção da sustentabilidade e redução da pobreza.

Se conseguirmos implantar essa indústria no Brasil, dotando-a dos mecanismos de governança e transparência necessários, mostraremos ao mundo, mais uma vez, nossa capacidade de inovar, ao associar duas das maiores conquistas do país do ponto de vista técnico: políticas de redução de pobreza e regulação efetiva do sistema financeiro. Esta última, por sinal, foi estrutura fundamental para que a crise financeira não atingisse o Brasil com a violência verificada em outras economias.

É com esta perspectiva, portanto, que pretendemos apresentar algumas ideias para engajar o mercado financeiro no encaminhamento de alternativas para enfrentar os desafios da inclusão social e da devastação ambiental. Se pensarmos em termos do que se convencionou chamar de economia verde – inclusão social com menos desperdício – abre-se o leque de possibilidades para que o mercado financeiro amplie sua área de atuação para aspectos ligados ao meio ambiente (em iniciativas tais como a da Bolsa Verde do Rio).

Assim, a proposta é juntar duas expertises: a eficiência e sofisticação do nosso mercado financeiro às tecnologias de redução da pobreza já desenvolvidas pelo governo federal (a exemplo do Bolsa Família e semelhantes) e alguns estados e municípios. A maioria desses programas adota a estratégia de vincular a distribuição de renda ou outros benefícios ao foco em educação, como faz o Município do Rio de Janeiro com o Cartão Família Carioca. Em resumo, usar o modus operandi de uma das forças do capitalismo, que hoje trabalha apenas para enriquecer os mais ricos, para objetivos sociais.

É fundamental deixar claro que a proposta aqui discutida envolve o estabelecimento de novos parâmetros de retorno para o mercado financeiro: os ganhos sociais e/ou ambientais. Não se trata, portanto, de fundos que invistam em empresas socialmente responsáveis, recebendo retorno financeiro – até mesmo porque produtos dessa natureza já existem. A proposta, aqui, é estabelecer mecanismos de captação de recursos para causas socioambientais, associados a uma aferição precisa dos resultados gerados pelos recursos investidos na causa. O investidor terá como retorno não o seu dinheiro de volta acrescido de juros, mas a sua cidade mais justa, rica, limpa e civilizada.

Outra questão a se observar é que neste novo mercado haverá uma relação entre investidores e gestores que foge à relação tradicional consubstanciada nos relatórios de acionistas e cotistas. Nesse contexto, há que se desenvolver uma nova forma de se estabelecer essa relação, que deve aliar transparência e clareza no estabelecimento de parâmetros para avaliação dos resultados, e, ainda, deve vir em uma “embalagem” que facilite o entendimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento desse novo mercado.

Um novo mercado

Do ponto de vista prático, o que se pretende é criar e dar caráter institucional a um mercado de fundos socioambientais, com funções análogas às dos fundos com objetivos financeiros (assets). Ou seja, recriar o sistema financeiro em um modelo desenvolvido para causas sociais e ambientais.

Alguns elementos desse sistema seriam:

Gestores

Novos assets ou novos departamentos em instituições de caráter financeiro já existentes.

Carteiras dos fundos:

Conjunto de projetos/ativos, com retorno social, nos quais o dinheiro captado pelos fundos seria aplicado. Os fundos podem se especializar em determinadas áreas (por exemplo, em ações voltadas à educação, ou saúde, ou cultura) em resposta à demanda por parte dos investidores.

O funcionamento desse mercado se daria, em princípio, através de ONGs. Isto porque estas organizações já

possuem, embora em graus diferentes, expertise em ações de natureza socioambiental.

O desenvolvimento desse novo sistema promoveria competição e profissionalização no mercado de ONGs.

Equipes de pesquisa

Incumbidas de procurar (ou desenvolver) os “ativos” que comporiam as carteiras dos fundos e também de acompanhar e preparar os relatórios e as assembleias de desempenho para os clientes. Esse é um elemento que serviria para desencadear a competição e a profissionalização no mercado de ONGs.

Metodologias de avaliação de desempenho

Conjunto de parâmetros objetivos para avaliação do retorno social e/ou ambiental dos recursos aplicados. A existência desses indicadores permitirá a comparabilidade do retorno dos fundos e a consequente escolha de gestores mais eficientes (de acordo com os vários perfis de fundos).

Ratings

Parâmetros que diferenciariam os fundos quanto aos tipos de aplicação. Por exemplo: os dedicados a projetos já em curso ou já testados; aqueles para tecnologias sociais inovadoras; fundos que aplicassem em empreendedorismo comunitário (venture capital) etc. Não seria uma avaliação de risco à moda tradicional, mas um fator de diferenciação com alguma padronização para orientar os investidores.

Operacionalização

Esta seção apresenta e discute algumas ideias iniciais de financiamento e regulação para encaminhar a proposta apresentada na seção anterior.

Funding

O mercado tradicional de assets para retornos financeiros tem um apelo “natural” para captação de recursos – a gestão das poupanças geradas na economia, oferecendo ao poupador retornos financeiros pela troca de consumo presente por futuro.

Trata-se, portanto, de uma decisão “egoísta”. No que tange a esse novo mercado, estar-se-ia aplicando recursos para obter ganhos “altruístas”: o benefício trazido pelo retorno social é a satisfação com o bem-estar alheio. Assim, como trazer os recursos?

Mercado voluntário

Inicialmente, o sistema seria operacionalizado através de doações de empresas e famílias. Uma dificuldade seria justificar essa participação diante elevada carga tributária atual.

A resposta: os doadores terão controle sobre a alocação dos seus recursos, escolhendo gestores, perfis de investimento e quantidade de recursos doados.

Um problema adicional seria a captação inicial. Como esse mercado ainda não existe, os potenciais investidores poderiam se sentir inseguros ao cogitar destinar recursos para um modelo ainda não testado. Parece necessário encontrar uma solução para “dar partida” nessa iniciativa. Como gerar um volume de recursos que signifique uma mudança sensível na vida daqueles que se quer beneficiar? A nosso ver, não haveria melhor alternativa que uma ação do governo envolvendo incentivos tributários.

Incentivos tributários

Diante de dificuldades pela via do “mercado voluntário”, uma saída seria criar (ou ampliar) incentivos tributários.

Esta proposta é análoga a políticas praticadas hoje em nível municipal – como a Lei de Incentivo à Cultura, do Município do Rio de Janeiro, que oferece isenção do ISS - e à estadual e federal, com a Lei Rouanet. São iniciativas que promovem a desintermediação estatal na gestão de uma parcela do seu orçamento. Assim, uma parte dos recursos fiscais destinados a programas de assistência social seria destacada e regulamentada para que pudesse ser gerida pelo setor privado, dentro da lógica até aqui discutida.

Nessa perspectiva, a proposta é que o novo sistema se desenvolva, inicialmente, pela via dos recursos públicos, com dois aspectos positivos: dar partida a esse mercado e passar à iniciativa privada a gestão de recursos que, de qualquer forma, estavam reservados para finalidades sociais.

Regulação

Do ponto de vista institucional, uma proposta seria a extensão da atuação da CVM para abrigar também títulos de retorno socioambiental. Isso passaria pela criação de uma nova área na CVM ou mesmo na transformação da CVM em uma CVM+AS (Comissão de Valores Mobiliários, Ambientais e Sociais), sinalizando uma mudança de paradigma.

É importante notar que a estrutura regulatória a ser concebida pela CVM+AS e aplicada à nova indústria seria o mecanismo pelo qual um novo mercado de empresas de rating, de desenvolvimento de mecanismos de avaliação e de novos profissionais, iria florescer. Adicionalmente, veículos de comunicação especializados poderiam publicar os resultados dos diversos fundos para que os investidores pudessem comparar.

Novo sistema começa a ganhar adesões

Este artigo procurou apresentar para discussão os primeiros insights acerca de um novo mercado: o de investimento em “ativos”/projetos com retorno socioambiental. O objetivo central desse mercado é ajudar no processo de solução dos graves problemas sociais existentes no país, usando a sofisticação e a eficiência do mercado financeiro. No passado, assistimos à chegada da intermediação financeira para estimular o desenvolvimento econômico. Agora, temos de, sem preconceito, usar instrumentos de mercado de capitais para promover o desenvolvimento sustentável, com maior proteção ambiental e inclusão social.

Os principais apelos para encaminhar a solução de problemas sociais por esta via são:

- I) aumento do volume de recursos disponíveis, uma vez que a sociedade estaria disposta a ser “tributada de forma voluntária”, pois teria ingerência direta sobre a alocação e o gerenciamento dos seus recursos;
- II) agilidade e eficiência do setor privado e
- III) os diversos benefícios advindos do surgimento de um novo mercado.

Pretende-se, aqui, replicar a estrutura de transparência e governança existente no mercado de administração de recursos, - hoje tem foco em retorno financeiro, mas onde se nota um interesse crescente em assessoria para projetos sociais, para fundos com objetivos sociais e ambientais. A ideia é reproduzir a cadeia de fornecedores do mercado para tal. A única diferença seria que, ao invés de operadores de mercado empregados em “market timing” e seleção de ativos financeiros, ONGs com expertise em gestão de projetos sociais fariam a seleção das iniciativas apoiadas. Já há uma proposta elaborada pelo BNDES, encaminhada para a avaliação da CVM sobre o mercado de “FISAs” - Fundos de Investimento Socioambientais.

Além dessa proposta, uma outra iniciativa a ser implantada em médio prazo pelo IPP-RIO (Instituto Pereira Passos, órgão de planejamento e informações da Prefeitura) será o Fundo Voluntário do Rio (FV-Rio), dedicado a promover a consolidação do processo de pacificação e a integração social, econômica e urbana nas favelas.

*** Presidente do Instituto Pereira Passos (IPP) e coordenadora da UPP Social.**

O texto teve coautoria de José Marcelo Souza Boavista – Assessor especial da Secretaria Municipal de Fazenda da Cidade do Rio de Janeiro. Email: jboavista.smf@pcrj.gov.br

Contato dos Dialogadores

Américo Sampaio - *americo.sp@cieds.org.br*

Eduarda La Rocque - *erocque.ipprio@gmail.com*

Elis Monteiro - *elismonteiro@sescrrio.org.br*

Fabio Muller - *fabiomuller@cieds.org.br*

Fabiane Turisco - *fabianeturisco@yahoo.com.br*

Luiz Mário Behnken - *lm4@outlook.com*

Marcia Pinto - *marciapinto.rj@cieds.org.br*

Marcia Florêncio - *marcia.be@cieds.org.br*

Maria Gabriela Bessa - *mgbessa-egprio@casacivil.rj.gov.br*

Maurício França Fabião - *mauriciofabiao@hotmail.com*

Rita Ippolito - *rita.ippolito@gmail.com*

Rosana Heringer - *rosana.heringer@gmail.com*

Sonia Araripe - *soniaararipe@plurale.com.br*

Vandré Brilhante - *vbrilhante@cieds.org.br*



REALIZAÇÃO

